

**SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
DIRETORIA DE ENSINO E CULTURA**

EDITAL Nº DEC- 013/23/16

CCE/16 – CURSO DE HABILITAÇÃO AO QUADRO AUXILIAR DE OFICIAIS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO - 2017 (CHQAOPM/2017) - CONCURSO INTERNO – INSTRUÇÕES

1. O Diretor de Ensino e Cultura, por meio do presente Edital, torna pública a abertura de inscrições para o concurso interno, destinado ao preenchimento de 90 (noventa) vagas, para o Curso de Habilitação ao Quadro Auxiliar de Oficiais da Polícia Militar do Estado de São Paulo a ser iniciado no ano de 2017 (CHQAOPM/2017).
2. O concurso interno será realizado nos termos da Lei Complementar nº 419, de 25 de outubro de 1985, que dispõe sobre a constituição do Quadro Auxiliar de Oficiais da Polícia Militar do Estado de São Paulo (QAOPM), das Instruções para Afastamentos na Polícia Militar do Estado de São Paulo (I-36-PM) publicadas no Boletim Geral PM nº 89 de 22 de abril de 2009 e alterações posteriores e, em especial, pelas instruções constantes do presente Edital.
3. O Curso de Habilitação ao Quadro Auxiliar de Oficiais da Polícia Militar do Estado de São Paulo (CHQAOPM) funcionará na Academia de Polícia Militar do Barro Branco (APMBB) segundo os ditames do Decreto nº 54.911, de 14 de outubro de 2009, que regulamenta a Lei Complementar nº 1.036, de 11 de janeiro de 2008; da Diretriz Geral de Ensino (D-5-PM), publicada no Boletim Geral PM 074 de 15 de abril de 2010 e alterações posteriores e do Regimento Interno da Academia de Polícia Militar do Barro Branco (RI-30-PM) publicado no Boletim Geral PM 235 de 14 de dezembro de 2010 e alterações posteriores.

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1. As inscrições, organização, elaboração, aplicação e correção das Provas serão de responsabilidade da Fundação VUNESP, escolhida para o mister, com base na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores, em obediência às normas deste Edital.
2. A análise dos documentos exigidos e a matrícula no curso serão de responsabilidade da Academia de Polícia Militar do Barro Branco.

CAPÍTULO II - DOS REQUISITOS PARA INSCRIÇÃO

1. Nos termos dos artigos 6º e 7º da Lei Complementar nº 419, de 25 de outubro de 1985, são requisitos para ingresso no Curso de Habilitação ao Quadro Auxiliar de Oficiais da Polícia Militar do Estado de São Paulo (CHQAOPM):
 - 1.1. ser Praça PM portador de diploma de curso de Educação Superior (graduação e/ou sequencial de formação específica por área de estudo) e possuir mais de 15 (quinze) anos de efetivo exercício na Polícia Militar do Estado de São Paulo;
 - 1.2. ser Subtenente PM ou 1º Sargento PM portador de diploma do Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos (CAS) e ter concluído curso do Ensino Médio ou equivalente;
 - 1.3. ter até 48 (quarenta e oito) anos de idade na data da inscrição;
 - 1.4. estar apto para o serviço policial militar em inspeção de saúde médica e odontológica, realizada nos termos dos Boletins Gerais PM 135 de 19 de julho de 1999; Bol G PM 54, de 20 de março de 2000, Bol G PM 75, de 18 de abril de 2000 e Bol G PM 166, de 30 de agosto de 2006;
 - 1.5. estar pelo menos no comportamento "BOM";
 - 1.6. não estar:
 - 1.6.1. licenciado para tratar de interesse particular;
 - 1.6.2. condenado à pena de suspensão do cargo ou função, prevista no Código Penal e no Código Penal Militar, durante o prazo dessa suspensão;
 - 1.6.3. cumprindo sentença condenatória;
 - 1.7. os requisitos constantes dos subitens "1.1." e "1.2." deverão ser preenchidos até a data de ingresso no curso;
 - 1.8. os requisitos descritos nos subitens "1.4.", "1.5.", "1.6." e "1.7." deverão ser preenchidos até a data da inscrição e mantidos até data de ingresso no curso;
 - 1.9. os Subtenentes PM e 1º Sargentos PM que possuam curso de Educação Superior completo ficam dispensados da apresentação do certificado de conclusão do Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos e do curso do Ensino Médio ou equivalente;

1.10. serão considerados também neste certame os diplomas dos cursos da Educação Superior decorrentes da Lei Complementar nº 1.036/08 (Lei de Ensino PM), do Decreto Estadual nº 54.911/09 (Decreto de Ensino PM) e da D-5-PM (Diretriz Geral de Ensino), nos termos do artigo 1º do Título IV (Das Disposições Transitórias) do Regimento Interno da Escola Superior de Sargentos (RI-36-PM) e do artigo 176 do Regimento Interno da Escola Superior de Soldados (RI-38-PM).

CAPÍTULO III - DOS PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÃO

1. A inscrição do candidato implica no conhecimento e na aceitação das normas e das condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos, não podendo ser alegada qualquer espécie de ignorância desses termos.
2. Objetivando evitar ônus desnecessário, o candidato deverá orientar-se no sentido de recolher o valor da inscrição somente após tomar conhecimento de todos os requisitos exigidos para o concurso interno.
3. A efetivação da inscrição dar-se-á mediante preenchimento da ficha de inscrição, pela *internet*, e o pagamento de sua respectiva taxa.
4. As informações prestadas na Ficha de Inscrição são de inteira responsabilidade do candidato, podendo a Academia de Polícia Militar do Barro Branco excluir do concurso interno o candidato que preencher com dados incorretos, bem como prestar informações inverídicas, ainda que o fato seja constatado posteriormente, sem prejuízo dos reflexos administrativos, penais e civis.
5. As inscrições deverão ser realizadas somente pela *internet*, no *site* www.vunesp.com.br, no período das 10h00 de 12 de dezembro de 2016 às 16h00 de 20 de janeiro de 2017, de acordo com o Anexo “E”, não sendo aceita qualquer outra forma de inscrição ou inscrição fora de prazo.
6. Para inscrever-se o candidato deverá:
 - 6.1. acessar o site da Fundação VUNESP www.vunesp.com.br;
 - 6.2. localizar no site o *link* correlato ao concurso interno;
 - 6.3. ler total e atentamente o respectivo Edital e preencher a Ficha de Inscrição, optando para realizar as Provas, em um dos seguintes municípios:
 - 6.3.1. Araçatuba;
 - 6.3.2. Bauru;
 - 6.3.3. Campinas;
 - 6.3.4. Guarulhos;
 - 6.3.5. Mogi das Cruzes;
 - 6.3.6. Osasco;
 - 6.3.7. Piracicaba;
 - 6.3.8. Presidente Prudente;
 - 6.3.9. Ribeirão Preto;
 - 6.3.10. Santo André;
 - 6.3.11. Santos;
 - 6.3.12. São José do Rio Preto;
 - 6.3.13. São José dos Campos;
 - 6.3.14. São Paulo.
 - 6.3.15. Sorocaba;
 - 6.4. transmitir, via *internet*, os dados da inscrição;
 - 6.5. imprimir o boleto bancário e efetuar o pagamento do valor da taxa até a data limite para o encerramento das inscrições.
7. O valor da inscrição será de 3 (três) UFESP, R\$ 70,65 (setenta reais e sessenta e cinco centavos), conforme subitem “5.2.1.” do Anexo A, a qual se refere o item 37 do Bol G PM 191, de 8 de outubro de 2014, e poderá ser pago em qualquer agência bancária.
8. O pagamento da taxa correspondente à inscrição poderá ser efetuado em dinheiro ou em cheque, em qualquer agência bancária ou por meio de *internet banking*:
 - 8.1. a inscrição paga em cheque somente será considerada efetivada após a respectiva compensação;
 - 8.2. se, por qualquer razão, o cheque utilizado no pagamento for devolvido, a inscrição do candidato será automaticamente cancelada;
 - 8.3. não será aceito pagamento da taxa por depósito em caixa eletrônico, pelos Correios, fac-símile, transferência eletrônica, DOC, ordem de pagamento ou depósito comum em conta corrente, condicional ou fora do período de inscrição ou por qualquer outro meio que não os especificados neste Edital;
 - 8.4. o pagamento por agendamento somente será aceito se comprovada a sua efetivação dentro do período de inscrição;
 - 8.5. efetivada a inscrição, a opção pelo local de realização das Provas (Prova de Conhecimentos Gerais e Profissionais e Prova de Redação) não poderá ser alterada seja qual for o motivo alegado;
 - 8.6. na impossibilidade de acesso particular à *internet*, o candidato poderá efetuar sua inscrição nas unidades do Programa Acesso São Paulo e nas Organizações Policiais Militares (OPM).

9. A partir das 16h00 de 20 de janeiro de 2017, de acordo com o Anexo "E", a Ficha de Inscrição e o boleto bancário não estarão mais disponíveis no site da Fundação VUNESP.

10. O não atendimento aos procedimentos estabelecidos nos itens anteriores implicará, a qualquer tempo, no cancelamento da inscrição do candidato, se for verificada irregularidade.

11. Se for efetuado o pagamento da taxa em valor maior ou em duplicidade não haverá devolução.

12. A devolução da taxa de inscrição somente ocorrerá se o concurso interno não se realizar, sendo que a responsabilidade pela devolução recairá sobre a Fundação VUNESP.

13. A Fundação VUNESP e a Academia de Polícia Militar do Barro Branco não se responsabilizam por solicitação de inscrição pela *internet* não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados;

13.1. Será cancelada a inscrição se, por, a qualquer tempo, for verificado o não atendimento a todos os requisitos fixados neste Edital.

14. A pesquisa para acompanhar a situação da inscrição deverá ser feita no site <http://www.vunesp.com.br>, na página do concurso interno, 3 (três) dias úteis após o encerramento do período de inscrições. Caso seja detectada falta de informação, o candidato deverá entrar em contato com o Disque VUNESP (telefone: 11 3874-6300).

15. Informações complementares referentes à inscrição poderão ser obtidas no site <http://www.vunesp.com.br> ou em dias úteis, das 08h00 às 20h00, pelo Disque VUNESP (telefone: 11 3874-6300).

16. Em caso de necessidade de condição especial para a realização das Provas, o candidato deverá, até o término do período das inscrições, fazer a solicitação por escrito e encaminhá-la à Fundação VUNESP, por SEDEX ou Aviso de Recebimento (AR), ou ainda entregá-la pessoalmente, em dias úteis, das 9 às 16h00, situada na Rua Dona Germaine Burchard, 515 – Água Branca, CEP. 05002-062, São Paulo – SP, indicando no envelope "Ref. Prova/Condição Especial - Concurso Interno – Academia do Barro Branco – SIGLA ACPM 1601":

16.1. o atendimento à condição especial solicitada ficará sujeito à análise de razoabilidade e viabilidade do pedido;

16.2. os candidatos que não atender ao procedimento previsto no item 16 deste Capítulo não terá a sua condição especial providenciada, independente do motivo alegado.

17. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização das Provas poderá fazê-lo, devendo encaminhar, em até 10 (dez) dias da data das Provas, por Sedex, à Fundação VUNESP, localizada na Rua Dona Germaine Burchard, nº 515, Água Branca, São Paulo / SP, CEP 05002-062 - Sigla ACPM 1601, ou entregar, pessoalmente, no endereço da Fundação VUNESP, a solicitação para amamentar com sua qualificação pessoal e os dados pessoais do responsável pela guarda da criança durante as Provas, sob pena de não participar no concurso interno.

CAPÍTULO IV - DAS ETAPAS DO CONCURSO INTERNO

1. O concurso interno para ingresso no Curso de Habilitação ao Quadro Auxiliar de Oficiais da Polícia Militar do Estado de São Paulo (CHQAOPM) conterà as seguintes etapas e Provas:

1.1. Etapa I:

1.1.1. 1ª Fase: Prova de Conhecimentos Gerais e Profissionais (PVCGP), de caráter eliminatório e classificatório, destinada a avaliar o grau de conhecimento do candidato sobre o conteúdo programático constante do Anexo "A" deste Edital;

1.1.2. 2ª Fase: Prova de Redação (PVR), de caráter eliminatório e classificatório, destinada a avaliar o domínio dos recursos linguísticos necessários para a composição de textos coerentes, construídos em linguagem formal adequada à situação;

1.2. Etapa II:

1.2.1. Análise de Documentos (AD), de caráter eliminatório, destinada à comprovação dos dados declarados no momento da inscrição e dos requisitos para matrícula e ingresso no Curso de Habilitação ao Quadro Auxiliar de Oficiais da Polícia Militar do Estado de São Paulo (CHQAOPM).

2. As etapas do concurso interno obedecerão ao calendário previsto no Anexo "E".

CAPÍTULO V - DA PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS E PROFISSIONAIS

1. A Prova de Conhecimentos Gerais e Profissionais será desenvolvida sob responsabilidade da Fundação VUNESP, especialmente quanto à sua elaboração, aplicação e correção, observando a seguinte composição:

1.1. constará de 90 (noventa) questões objetivas de múltipla escolha com cinco alternativas cada uma, assim distribuídas:

1.1.1. conhecimentos gerais em nível do Ensino Médio: 45 (quarenta e cinco) questões, distribuídas da seguinte forma:

1.1.1.1. matemática;

1.1.1.2. língua Portuguesa;;

1.1.1.3. história:

1.1.1.3.1. da Polícia Militar;

1.1.1.3.2. do Brasil;

1.1.1.4. questões de relacionadas a Atualidades e à Segurança e Ordem Pública;

1.1.2. 45 (quarenta e cinco) questões de conhecimentos profissionais.

2. A Prova de Conhecimentos Gerais e Profissionais terá duração de 04h30 (quatro horas e trinta minutos).

CAPÍTULO VI - DA APLICAÇÃO DA PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS E PROFISSIONAIS

1. A Prova de Conhecimentos Gerais e Profissionais, com data prevista para 12 de março de 2017, às 08h00, de acordo com o Anexo "E", será realizada na cidade indicada pelo candidato no momento da inscrição, observado o seguinte:

1.1. caso haja impossibilidade de aplicação das Provas nos municípios estabelecidos no subitem "6.3." do Capítulo III, a Fundação VUNESP poderá aplicá-las em municípios próximos, mediante prévia publicação da alteração do local de aplicação das Provas;

1.2. a confirmação da data e horário, e as informações sobre local para a realização das Provas serão divulgadas por meio de Edital de Convocação, elaborado pela Fundação VUNESP, a ser publicado em seu endereço eletrônico (<http://www.vunesp.com.br>) e transcrito no site da Academia de Polícia Militar do Barro Branco (<http://www.policiamilitar.sp.gov.br/unidades/apmbb>);

1.3. o candidato deverá acompanhar a publicação do Edital de Convocação no site da Fundação VUNESP (<http://www.vunesp.com.br>), que servirá de termo inicial para todos os atos; e no site da Academia de Polícia Militar do Barro Branco (<http://www.policiamilitar.sp.gov.br/unidades/apmbb>), não podendo ser alegado desconhecimento; recomendando-se aos candidatos que acessem diariamente os sites mencionados, a partir da última semana de janeiro de 2017.

2. O candidato só poderá participar das Provas na data, horário e local constante do Edital de Convocação (Anexo "E"):

2.1. a informação impressa do local de prova obtida no site da Fundação VUNESP tem caráter de mero auxílio ao candidato, não sendo aceita a alegação como justificativa para a ausência ou comparecimento em data, local ou horário incorreto.

3. Eventualmente, se, por qualquer motivo, o nome do candidato, devidamente inscrito, não constar no Edital de Convocação, o interessado deverá entrar em contato com o Disque VUNESP (telefone 11 3874-6300), para verificar o ocorrido:

3.1. no caso constante do item "3" deste Capítulo, poderá o candidato participar do concurso e realizar as Provas, se apresentar o respectivo comprovante de pagamento, efetuado nos moldes previstos neste Edital, devendo, no dia da aplicação das Provas, preencher, datar e assinar formulário específico;

3.2. a inclusão de que trata o subitem "3.1." deste Capítulo será realizada de forma condicional, sujeita à posterior verificação e comprovação de regularidade da referida inscrição.

4. O candidato deverá comparecer ao local designado para a respectiva Prova, constante do Edital de Convocação, com antecedência mínima de 60 (sessenta) minutos, munido de:

4.1. original da Cédula de Identidade Funcional da Polícia Militar do Estado de São Paulo ou, em casos excepcionais, outro documento oficial, com foto, hábil à sua identificação;

4.2. comprovante de pagamento da taxa de inscrição, caso seu nome não conste no Edital de Convocação;

4.3. caneta esferográfica transparente de tinta azul preferencialmente, ou preta, lápis preto e borracha macia.

5. Somente será admitido na sala de Prova o candidato que apresentar um dos documentos de identificação descritos no subitem "4.1." deste Capítulo, desde que permita, com clareza, a sua identificação:

5.1. não serão aceitos, para efeito de identificação, documentos sem foto, tais como Protocolos de requisição de documentos, Certidão de Nascimento ou Casamento, Título Eleitoral, Carteira Nacional de Habilitação emitida anteriormente à Lei nº 9503/1997, Carteira de Estudante, Crachás e outros não previstos neste Edital.

6. Não será admitido na sala de Provas o candidato que se apresentar após o horário estabelecido no Edital de Convocação, para o início das Provas. Os portões serão fechados no horário estabelecido para o início da realização das provas.

7. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado para justificar o atraso à impossibilidade de realização ou conclusão da prova ou a ausência do candidato, nem aplicação fora do local, data e horário preestabelecidos:

- 7.1. o horário de início do tempo para a realização das Provas será definido em cada sala de aplicação.
- 7.2. haverá , em cada sala de prova, cartaz/marcador de tempo para que os candidatos possam acompanhar o tempo da prova.
8. Durante a realização da Prova, não serão permitidas consultas bibliográficas de qualquer espécie, bem como a posse ou a utilização dos seguintes itens:
 - 8.1. máquina calculadora, agenda eletrônica ou aparelhos similares, telefone celular, câmera, relógio de qualquer natureza e equipamento eletrônico de qualquer natureza;
 - 8.2. boné, gorro, chapéu, óculos de sol ou de qualquer material que não seja o estritamente necessário;
 - 8.3. materiais, equipamentos digitais ou quaisquer outros objetos que possibilitem acesso ao candidato a meios não permitidos de consulta;
 - 8.4. o candidato, que estiver de posse de qualquer equipamento eletrônico, deverá antes do início da prova:
 - 8.4.1. desligá-lo;
 - 8.4.2. retirar sua bateria (se possível);
 - 8.4.3. acondicioná-lo em embalagem específica fornecida pela Fundação VUNESP, devendo lacrar a embalagem e mantê-la lacrada, embaixo da carteira, durante todo o tempo de realização da(s) prova(s);
 - 8.4.4. colocar também, nessa embalagem, os eventuais pertences pessoais (bonés, gorros ou similares, relógio e protetor auricular);
 - 8.4.3. esse material deverá permanecer durante todo o período de permanência do candidato no local de provas, dentro dessa embalagem, que deverá também permanecer lacrada, até a saída do candidato do prédio de aplicação da(s) prova(s).
9. O candidato não poderá ausentar-se da sala de Prova sem o acompanhamento de um fiscal.
10. O candidato que estiver portando quaisquer equipamentos eletrônicos deverá desligá-los antes de entrar no prédio de aplicação.
11. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação da Prova em virtude de afastamento do candidato da sala de Prova.
12. É reservado à Fundação VUNESP, caso julgue necessário, o direito de utilizar o detector de metais. O candidato que for flagrado portando em seu bolso mesmo que desligado e/ou utilizando qualquer tipo de aparelho de comunicação nas dependências do local onde estiver realizando as provas, durante o processo de aplicação das provas, será excluído do Concurso Interno.
13. Em caso de amamentação durante as Provas, e tão somente nesse caso, a candidata deverá levar um acompanhante, maior de idade, que ficará em local reservado para tal finalidade e será responsável pela criança.
 - 13.1. o acompanhante receberá da Fundação VUNESP embalagem plástica para guarda do(s) aparelho(s) celular e/ou outro tipo de aparelho eletrônico.
 - 13.2. no momento da amamentação a candidata deverá ser acompanhada por um fiscal, sem a presença do responsável pela criança. Não haverá compensação do tempo de amamentação à duração da prova da candidata.
14. Excetuada a situação prevista no item anterior deste Capítulo, não será permitida a permanência de qualquer acompanhante nas dependências do local de realização da(s) prova(s), podendo ocasionar inclusive a exclusão do candidato do concurso.
 - 14.1. não será permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas durante a realização das provas, salvo em caso de candidato que tenha solicitado condição especial para este fim, de acordo com o item 17 do Capítulo III deste Edital, ocasião em que o candidato será acompanhado por um fiscal da Fundação VUNESP, devidamente treinado;
 - 14.2. caso o candidato tenha solicitado condição especial para a realização das provas, especificamente quanto à transcrição das respostas, serão observados os seguintes procedimentos:
 - 14.2.1. será designado um fiscal da Fundação VUNESP devidamente treinado para esta finalidade;
 - 14.2.2. o candidato deverá informar a alternativa escolhida na Prova Objetiva e, para a Prova Dissertativa, ditar todo o texto ao fiscal, especificando oralmente sua redação, ou seja, soletrando a grafia das palavras e todos os sinais gráficos de pontuação.
 - 14.2.3. ao término das provas, constatando que a transcrição foi realizada corretamente pelo fiscal da Fundação VUNESP o candidato assinará o respectivo termo de condição especial, o qual deverá ser entregue ao fiscal;
 - 14.3. não haverá prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em virtude de afastamento, por qualquer motivo, do candidato da sala de provas.
15. Os eventuais erros de digitação deverão ser corrigidos no dia da realização das Provas, em formulário específico, devendo o candidato datar e assinar. O candidato que não realizar as correções dos dados pessoais arcará com as consequências de sua omissão.
16. O candidato que queira fazer alguma reclamação ou sugestão deverá procurar a sala de coordenação no local em que estiver prestando as provas.

17. No ato da realização da Prova de Conhecimentos Gerais e Profissionais (Etapa I), o candidato receberá o caderno de questões e a folha de respostas personalizada, na qual deverá conferir os seus dados pessoais, assinar no campo apropriado, ler as instruções constantes na capa do caderno, devendo observar os seguintes procedimentos:

17.1. o candidato deverá transcrever as respostas para a folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta;

17.2. a folha de respostas, cujo preenchimento é de responsabilidade do candidato, é o único documento válido para a correção eletrônica e deverá ser entregue no final da Prova ao fiscal de sala, sem emendas ou rasuras, ainda que legíveis;

17.3. não serão computadas questões não respondidas, nem questões que contenham mais de uma resposta (mesmo que uma delas esteja correta), com emendas ou rasuras, ainda que legíveis.

18. Não deverá ser feita nenhuma marca fora do campo reservado às respostas ou à assinatura, pois qualquer marca poderá ser lida pelas leitoras ópticas, prejudicando o desempenho do candidato.

19. Em hipótese alguma, haverá substituição da folha de respostas, por erro do candidato.

20. Após o término do prazo previsto para a duração da Prova, não será concedido tempo adicional para o candidato continuar respondendo questão ou procedendo à transcrição para a folha de respostas.

21. O candidato só poderá retirar-se do local de aplicação das Provas depois de decorridas 2 (duas) horas contadas do início da Prova, observado o seguinte:

21.1. o candidato somente poderá levar o Caderno de Questões depois de decorridas 2 (duas) horas do tempo de duração da Prova;

21.2. os cadernos de questões da Prova de Conhecimentos Gerais e Profissionais e da Prova de Redação, bem como o gabarito da Prova de Conhecimentos Gerais e Profissionais, estarão disponibilizados no site da Fundação VUNESP no 1º (primeiro) dia útil seguinte ao da aplicação da Prova, a partir das 12h00;

21.3. será de responsabilidade do candidato, a conferência dos seus dados pessoais e do material recebido no início das provas, inclusive as instruções constantes na capa do caderno e da folha de respostas.

22. Para garantir a lisura do encerramento das provas (objetiva e redação), deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 03 (três) últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, e somente poderão sair juntos do recinto após assinatura do termo respectivo.

23. Os responsáveis pela aplicação das provas não emitirão esclarecimentos a respeito das questões formuladas, da inteligência (do entendimento) de seu enunciado ou da forma de respondê-las.

24. Será excluído do concurso interno o candidato que, durante a realização da Prova, for surpreendido comunicando-se com outro candidato ou com terceiros, verbalmente, por escrito ou por qualquer outro meio de comunicação, sem prejuízo da apuração dos resíduos administrativo e penal decorrentes de sua conduta.

25. Será eliminado do concurso interno, sem prejuízo de eventual responsabilidade civil, penal e administrativa, o candidato que:

25.1. apresentar-se em local, data e horário diversos aos estabelecidos ou após o horário para a realização da Prova;

25.2. não comparecer às Provas nos locais estabelecidos, seja qual for o motivo alegado;

25.3. não apresentar o documento de identificação, conforme previsto no item "4.1." deste Capítulo;

25.4. ausentar-se da sala de Provas sem o acompanhamento de um fiscal, ou antes, de decorrer o prazo mínimo estabelecido no item "21." deste Capítulo;

25.5. for surpreendido em comunicação com outras pessoas ou utilizando-se dos materiais não permitidos previstos no item "8." deste Capítulo;

25.6. for surpreendido em posse dos materiais previstos no item "8." deste Capítulo sem que tenha informado expressamente o fiscal de Prova nos termos do item "8." deste Capítulo;

25.7. lançar mão de meios ilícitos para executar a Prova;

25.8. anotar informações relativas às suas respostas em qualquer material que não o fornecido pela Fundação VUNESP;

25.9. não devolver ao fiscal de Prova as folhas de resposta;

25.10. perturbar, de qualquer modo, o andamento do concurso interno;

25.11. agir em desacordo com as normas do Edital ou desrespeitar qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da Prova.

26. Quaisquer alterações em dispositivos constitucionais, legais ou atos normativos, posteriores à data de publicação deste Edital, não serão objeto de avaliação da Prova de Conhecimentos Gerais e Profissionais do presente certame.

CAPÍTULO VII - DA PROVA DE REDAÇÃO

1. A Prova de Redação (Etapa I) será desenvolvida sob responsabilidade da Fundação VUNESP, especialmente quanto à sua elaboração, aplicação e correção. A Prova de Redação terá duração de 2

(duas) horas e data prevista em 12 de março de 2017, às 14h30, de acordo com o Anexo “E”, será realizada no mesmo local onde o candidato realizou a Prova de Conhecimentos Gerais e Profissionais, observado o seguinte;

1.1. o candidato receberá o caderno pré identificado e deverá conferir seu nome, número documento e assinar no local reservado.

1.2. a prova deverá ser feita com caneta esferográfica transparente de tinta azul, preferencialmente, ou preta, com grafia legível, a fim de não prejudicar o seu desempenho quando da correção pela Banca Examinadora, não sendo permitida a interferência e participação de outras pessoas, salvo em caso em que o candidato tenha solicitado condição especial para a realização das provas.

1.3. a prova deverá ser manuscrita, não podendo ser assinada, rubricada ou conter, em outro local que não o preestabelecido, qualquer palavra ou marca que o identifique, sob pena de ser anulada. Assim a detecção de qualquer marca apontada no espaço destinado à transcrição do texto acarretará a anulação da redação e a consequente exclusão do candidato no concurso.

1.4. durante a Prova de Redação, não serão permitidas consultas, nem oferecidas folhas adicionais para rascunho. Ao final das provas, o candidato deverá entregar integralmente o caderno de redação ao fiscal de sala.

1.5. após o término do prazo previsto para a duração das provas, não será concedido tempo adicional para o candidato continuar elaborando ou transcendo para o caderno de redação.

2. O candidato só poderá retirar-se do local de aplicação da Prova depois de decorrido 01 (uma) hora contada do início da Prova.

3. A prova consistirá na elaboração de uma dissertação, a partir da leitura de textos de apoio relacionados ao tema proposto, na qual se espera que o candidato demonstre capacidade de mobilizar conhecimentos e opiniões, argumentando com pertinência e se expressando de modo coerente e adequado, objetivando avaliar se o candidato possui condições de transmitir informações por intermédio da linguagem escrita;

3.1. a elaboração de um texto que não seja uma dissertação e/ou a fuga completa ao tema são pressupostos inquestionáveis para que a Prova não seja objeto de correção em qualquer outro de seus aspectos, recebendo, portanto, nota zero.

4. A prova de redação será corrigida conforme os critérios a seguir:

4.1. Tema: considera-se se o texto do candidato atende ao tema proposto. A fuga completa ao tema proposto é motivo suficiente para que a redação não seja corrigida em qualquer outro de seus aspectos, recebendo nota 0 (zero) total.

4.2. Estrutura (gênero/tipo de texto e coerência): consideram-se aqui, conjuntamente, os aspectos referentes ao gênero/tipo de texto proposto e à coerência das ideias. A fuga completa ao gênero/tipo de texto é motivo suficiente para que a redação não seja corrigida em qualquer outro de seus aspectos, recebendo nota 0 (zero) total. Avalia-se aqui como o candidato sustenta sua tese em termos argumentativos e como essa argumentação está organizada, considerando-se a macroestrutura do texto dissertativo (introdução, desenvolvimento e conclusão). No gênero/tipo de texto, avalia-se também o tipo de interlocução construída: por se tratar de uma dissertação, deve-se prezar pela objetividade, sendo assim, o uso de primeira pessoa do singular e de segunda pessoa (singular e plural) poderá ser penalizado. Será considerado aspecto negativo a referência direta à situação imediata de produção textual (ex.: como afirma o autor do primeiro texto/da coletânea/do texto I; como solicitado nesta prova/proposta de redação). Na coerência, será observada, além da pertinência dos argumentos mobilizados para a defesa do ponto de vista, a capacidade do candidato de encadear as ideias de forma lógica e coerente (progressão textual). Serão considerados aspectos negativos a presença de contradições entre as ideias, a falta de partes da macroestrutura dissertativa, a falta de desenvolvimento das ideias ou a presença de conclusões não decorrentes do que foi previamente exposto.

4.3. Expressão (coesão e modalidade): consideram-se nesse item os aspectos referentes à coesão textual e ao domínio da norma-padrão da língua portuguesa. Na coesão, avalia-se a utilização dos recursos coesivos da língua (anáforas, catáforas, substituições, conjunções etc.) de modo a tornar a relação entre frases e períodos e entre os parágrafos do texto mais claros e precisos. Serão considerados aspectos negativos as quebras entre frases ou parágrafos e o emprego inadequado de recursos coesivos. Na modalidade, serão examinados os aspectos gramaticais como ortografia, morfologia, sintaxe e pontuação, bem como a escolha lexical (precisão vocabular) e o grau de formalidade/informalidade expressa em palavras e expressões.

4.4. Critérios para atribuição de nota zero à redação:

4.4.1. Será atribuída nota zero à redação que:

4.4.1.1. fugir ao tema e/ou gênero propostos;

4.4.1.2. apresentar nome, rubrica, assinatura, sinal, marca ou informação não pertinente ao solicitado na proposta da redação que possam permitir a identificação do candidato;

4.4.1.3. estiver em branco;

4.4.1.4. apresentar textos sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e/ou palavras soltas);

4.4.1.5. for escrita em outra língua que não a portuguesa;

4.4.1.6. apresentar letra ilegível e/ou incompreensível;

4.4.1.7. apresentar o texto definitivo fora do espaço reservado para tal;

4.4.1.8. apresentar 7 (sete) linhas ou menos (sem contar o título);

4.4.1.9. for composta integralmente por cópia de trechos da coletânea ou de quaisquer outras partes da prova.

4.5. Observações importantes:

4.5.1. na aferição do critério de correção gramatical, o candidato orientar-se-á pelas normas ortográficas vigentes, constantes do Decreto Presidencial nº 6.583, de 29 de setembro de 2008, alterado pelo Decreto nº 7.875, de 27 de dezembro de 2012.

4.5.2. o espaço para rascunho no caderno de questões é de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma, o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção da prova de redação pela Banca Examinadora.

4.5.3. em hipótese alguma o título da redação será considerado na avaliação do texto. Ainda que o título contenha elementos relacionados à abordagem temática, a nota do critério que avalia o tema só será atribuída a partir do que estiver escrito no corpo do texto.

4.5.4. cada redação é avaliada por dois examinadores independentes e, quando há discrepância na atribuição das notas, o texto é reavaliado por um terceiro examinador independente. Quando a discrepância permanece, a prova é avaliada pelos coordenadores da banca.

4.5.5. textos curtos, com apenas 15 (quinze) linhas ou menos, serão penalizados no critério que avalia a expressão.

4.5.6. as propostas de redação da Fundação Vunesp apresentam uma coletânea de textos motivadores que servem como ponto de partida para a reflexão sobre o tema que deverá ser abordado. Textos compostos apenas por cópias desses textos motivadores receberão zero total e textos em que seja identificada a predominância de trechos de cópia em relação a trechos autorais terão a nota final diminuída drasticamente.

5. Aplicam-se a este Capítulo, naquilo que couber o previsto no Capítulo VI do presente Edital.

CAPÍTULO VIII - DO JULGAMENTO DAS PROVAS DA ETAPA I

1. A Prova Objetiva (Conhecimentos Gerais e Conhecimentos Profissionais), será avaliada na escala de 0 (zero) a 90 (noventa) pontos.

2. Às questões da Prova de Conhecimentos Gerais e Profissionais serão atribuídos os seguintes pontos:

2.1. as questões Conhecimentos Gerais: = 0,50 (cinquenta centésimos) por questão acertada;

2.2. as questões de Conhecimentos profissionais: = 1,50 (um inteiro e cinquenta centésimos) por questão acertada.

3. A aprovação na Prova de Conhecimentos Gerais e Profissionais estará condicionada ao acerto mínimo 45 (quarenta e cinco) pontos na Prova e, no mínimo, 20 (vinte) questões na Prova de Conhecimentos Gerais e 20 (vinte) questões na Prova de Conhecimentos Profissionais.

4. Serão corrigidas apenas as redações dos candidatos que obtiverem nota mínima para aprovação na Prova de Conhecimentos Gerais e Profissionais de 45 (quarenta e cinco) pontos, respeitado o disposto no item anterior.

5. A Prova de Redação será avaliada na escala de 0 (zero) a 10 (dez) pontos sendo considerado aprovado o candidato que obtiver nota mínima de 5,0 (pontos)

6. Cada redação será avaliada por dois examinadores independentes e, no caso de haver discrepância na atribuição das notas, o texto será reavaliado por um terceiro examinador independente. No caso de a discrepância permanecer, a prova será avaliada pelos Coordenadores da banca.

7. A pontuação final será obtida por meio da somatória dos pontos obtidos na prova objetiva (Conhecimentos Gerais e Conhecimentos Profissionais), acrescida da nota obtida na prova de Redação.

CAPÍTULO IX- DA ANÁLISE DE DOCUMENTOS (ETAPA II)

1. O candidato aprovado e classificado dentro do número de vagas ofertado no presente concurso interno deverá comparecer à Seção de Avaliação e Concursos da Academia de Polícia Militar do Barro Branco, localizada na Avenida Água Fria, 1923, Tucuruvi, São Paulo, SP, em **06 de junho de 2017**, em horário a ser definido em convocação publicada no site da APMBB para entrega dos documentos necessários à comprovação dos dados declarados no momento da inscrição e dos requisitos para inscrição e ingresso no Curso de Habilitação ao Quadro Auxiliar de Oficiais da Polícia Militar do Estado de São Paulo, de acordo com o Capítulo II do presente Edital.

2. Para tanto, na data acima, o candidato deverá fornecer:

- 2.1. requerimento para análise de documentos (Anexo B), devidamente preenchido e com todas as assinaturas exigidas;
- 2.2. originais e cópias dos seguintes documentos:
- 2.2.1. diploma de curso de Educação Superior ou certificado de conclusão do CAS e do Ensino Médio para Subtenentes PM e 1º Sargentos PM, e diploma de curso de Educação Superior (graduação e/ou sequencial de formação específica por área de estudo) para demais Praças PM:
- 2.2.1.1. os Subtenentes PM e 1º Sargentos PM que possuam curso de Educação Superior ficam dispensados da apresentação do certificado de conclusão do CAS e de curso de Ensino Médio.
- 2.2.2. os diplomas de cursos de Educação Superior deverão estar registrados pelas instituições de Educação Superior que os expediram e os conferidos por instituições não universitárias deverão estar igualmente registrados nas Universidades indicadas pelo Conselho Nacional de Educação, consoante o preconizado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96):
- 2.2.2.1. serão considerados nesse certame os diplomas dos cursos de Educação Superior decorrentes da Lei Complementar nº 1.036/08 (Lei de Ensino PM), do Decreto Estadual nº 54.911/09 (Decreto de Ensino PM) e da D-5-PM (Diretriz Geral de Ensino), nos termos do item “1.10.” do Capítulo II deste Edital.
- 2.2.3. certidões de tempo de serviço e de local de residência e exercício do serviço nos últimos 5 (cinco) anos, conforme modelos (Anexos “C” e “D”). Os candidatos que possuem a graduação de Subtenentes PM e 1º Sargentos PM que apresentarem o certificado de conclusão do CAS e de curso do Ensino Médio, com a devida publicação em Boletim Geral PM, ficam dispensados de apresentarem a certidão de tempo de serviço;
- 2.2.4. certidão negativa dos distribuidores criminais da Justiça Federal e Estadual (inclusive Justiça Militar da União e dos Estados) que abranjam as localidades onde o candidato houver residido e exercido cargo, função pública (devendo considerar obrigatoriamente OPMPOP realizadas, como “Operação Verão/Inverno”) ou atividade particular nos últimos 5 (cinco) anos;
- 2.2.5. cédula de identidade funcional da Polícia Militar do Estado de São Paulo.
3. Será publicado na intranet o resultado da análise de documentos, realizada pela Comissão de Concurso, cabendo à interposição de recursos referentes à entrega de documentos, conforme Anexo “E”.

CAPÍTULO X - DA CLASSIFICAÇÃO E DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

1. A relação dos candidatos aprovados, com a respectiva classificação do concurso interno, será apurada pela soma das notas obtidas na Prova de Conhecimentos Gerais e Profissionais e na Prova de Redação (Etapa I), aproximada a décimos, em ordem decrescente;
- 1.1. havendo empate na nota final, será aproveitado o candidato que:
- 1.1.1. obtiver maior número de acertos na disciplina Conhecimentos Profissionais, da Prova de Conhecimentos Gerais e Profissionais;
- 1.1.2. persistindo o empate, aquele que obtiver maior nota na prova dissertativa (Redação);
- 1.1.3. persistindo o empate, o mais graduado;
- 1.1.4. persistindo ainda o empate, o mais antigo, nos termos do artigo 4º do Regulamento Disciplinar da Polícia Militar do Estado de São Paulo, Lei Complementar nº 893/2001;
- 1.1.5. para a aplicação das regras de desempate inseridas nos itens “1.1.2.” e “1.1.3.”, a Fundação VUNESP solicitará informações à Polícia Militar do Estado de São Paulo, por meio da Academia de Polícia Militar do Barro Branco.
- 1.2. a relação dos candidatos aprovados e classificados na Etapa I será publicada no site da Fundação VUNESP (<http://www.vunesp.com.br>) no dia 08 de maio de 2017, na intranet da PMESP será transcrito no endereço eletrônico da Academia de Polícia Militar do Barro Branco, de acordo com o Anexo “E”;
- 1.3. a relação dos candidatos aprovados na Etapa II será publicada no site da Academia de Polícia Militar do Barro Branco, de acordo com o Anexo “E”;
- 1.4. o Resultado Final constando a relação dos candidatos aprovados e classificados, dentro do número de vagas ofertadas no presente concurso interno, será publicada conforme Anexo “E”;
- 1.5. não serão fornecidos resultados por telefone.

CAPÍTULO XI - DOS RECURSOS

1. Poderão ser interpostos recursos contra o gabarito da Prova de Conhecimentos Gerais e Profissionais; contra o resultado da Prova de Conhecimentos Gerais e Profissionais e da Prova de Redação; contra a aprovação e classificação, contra o resultado da Análise de Documentos (Etapa II) e contra o Resultado Final.
- 2. Do recurso contra o gabarito da Prova de Conhecimentos Gerais e Profissionais (Etapa I):**
- 2.1. poderá ser interposto recurso referente ao gabarito das Provas de Conhecimentos Gerais e Profissionais no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da data da divulgação do gabarito no site da VUNESP;

2.2. para recorrer, o candidato deverá utilizar o endereço eletrônico da Fundação VUNESP (<http://www.vunesp.com.br>), na página do concurso interno, seguindo as instruções ali contidas;

2.3. a pontuação relativa à(s) questão(ões) anulada(s) será atribuída a todos os candidatos que realizaram a Prova;

2.4. não serão conhecidos os recursos interpostos fora da forma e dos prazos estipulados neste Capítulo, bem como aqueles que não apresentarem fundamentação ou não atenderem às instruções constantes na página da Fundação VUNESP;

2.5. não serão aceitos recursos remetidos por via postal, fax, correio eletrônico ou qualquer outro meio diverso do previsto no item “2.2.” deste Capítulo;

2.6. em hipótese alguma haverá vistas ou revisão da Prova de Conhecimentos Gerais e Profissionais, durante ou após a realização do concurso interno;

2.7. os recursos interpostos contra o gabarito serão decididos em única e última instância pela Banca Examinadora da Fundação VUNESP, e não terão efeito suspensivo.

2.8. a Banca Examinadora constitui última instância para os recursos, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.

3. Do recurso contra o resultado da Prova de Conhecimentos Gerais e Profissionais e da Prova de Redação (Etapa I):

3.1. poderá ser interposto recurso referente ao resultado da Prova de Conhecimentos Gerais e Profissionais e da Prova de Redação no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da data da publicação no site da Fundação VUNESP;

3.2. para recorrer, o candidato deverá utilizar o endereço eletrônico da Fundação VUNESP (<http://www.vunesp.com.br>), na página do concurso interno, seguindo as instruções ali contidas;

3.3. não serão conhecidos os recursos interpostos fora da forma e dos prazos estipulados neste Capítulo, bem como aqueles que não apresentarem fundamentação ou não atenderem às instruções constantes na página da Fundação VUNESP;

3.4. não serão aceitos recursos remetidos por meio postal, fax, correio eletrônico ou qualquer outro diverso do previsto no item “3.2.” deste Capítulo;

3.5. os recursos interpostos contra o resultado da Prova de Conhecimento Gerais e Profissionais ou contra o resultado da Prova de Redação serão decididos em única e última instância pela Banca Examinadora da Fundação VUNESP e não terão efeitos suspensivos.

4. Do recurso contra a aprovação e classificação:

4.1. poderá ser interposto recurso contra a aprovação e classificação da Etapa I, no prazo de 3 (três) dias úteis a contar da publicação no site da Fundação VUNESP (<http://www.vunesp.com.br>), de acordo com o Anexo “E”;

4.2. o recurso de que trata este item deverá ser interposto por escrito, seguindo o modelo de requerimento previsto nas I-7-PM, e protocolizado pelo próprio candidato, ou procurador regularmente constituído, na APMBB, Seção de Avaliação e Concursos, no horário das 07h30 às 16h30 de segunda a quinta-feira e das 07h30 às 12h30, às sextas-feiras;

4.3. não serão aceitos recursos remetidos por meio postal, fax, correio eletrônico ou qualquer outro diverso do previsto no subitem anterior;

4.4. somente serão considerados os recursos interpostos para a fase a que se referem e no prazo estipulado, não sendo aceito, portanto, recursos interpostos em prazo destinado a evento diverso daquele em andamento.

5. Do recurso contra o resultado da Análise de Documentos (Etapa II):

5.1. poderá ser interposto recurso contra o resultado da Análise de Documentos (Etapa II), no prazo de 3 (três) dias úteis a contar da publicação no site da APMBB, de acordo com o Anexo “E”;

5.2. o recurso de que trata este item deverá ser interposto por escrito, seguindo o modelo de requerimento previsto nas I-7-PM, e protocolizado pelo próprio candidato, ou procurador regularmente constituído, na APMBB, Seção de Avaliação e Concursos, no horário das 07h30 às 16h30 de segunda a quinta-feira e das 07h30 às 12h30, às sextas-feiras;

5.3. não serão aceitos recursos remetidos por meio postal, fax, correio eletrônico ou qualquer outro diverso do previsto no subitem anterior;

5.4. somente serão considerados os recursos interpostos para a fase a que se referem e no prazo estipulado, não sendo aceito, portanto, recursos interpostos em prazo destinado a evento diverso daquele em andamento.

6. Do recurso contra o Resultado Final:

6.1. poderá ser interposto recurso contra o Resultado Final, no prazo de 3 (três) dias úteis a contar da publicação no site da APMBB, de acordo com o Anexo “E”;

6.2. o recurso de que trata este item deverá ser interposto por escrito, seguindo o modelo de requerimento previsto nas I-7-PM, e protocolizado pelo próprio candidato, ou procurador regularmente constituído, na APMBB, Seção de Avaliação e Concursos, no horário das 07h30 às 16h30 de segunda a quinta-feira e das 07h30 às 12h30, às sextas-feiras;

- 6.3. não serão aceitos recursos remetidos por meio postal, fax, correio eletrônico ou qualquer outro diverso do previsto no subitem anterior;
- 6.4. somente serão considerados os recursos interpostos para a fase a que se referem e no prazo estipulado, não sendo aceito, portanto, recursos interpostos em prazo destinado a evento diverso daquele em andamento.
7. a interposição de recurso não obsta o regular andamento do cronograma do Concurso Público.
8. no caso de recurso em pendência à época da realização de algumas das etapas do Concurso Público, o candidato poderá participar condicionalmente da etapa seguinte.
9. o candidato que não interpuser recurso no prazo mencionado será responsável pelas consequências advindas de sua omissão.
10. Os recursos interpostos contra a aprovação e classificação, contra o resultado da Análise de Documentos (Etapa II) e contra o Resultado Final serão decididos em única e última instância pelo Presidente da Comissão do Concurso e não terão efeito suspensivo.
11. As decisões dos recursos interpostos serão publicadas de acordo com o Anexo "E".

CAPÍTULO XII- DA MATRÍCULA

1. Para início do Curso de Habilitação ao Quadro Auxiliar de Oficiais da Polícia Militar do Estado de São Paulo, os candidatos aprovados e classificados, dentro do número de vagas ofertadas no presente concurso interno, consoante cronograma do Anexo "E", publicado no endereço eletrônico da APMBB (<http://www.policiamilitar.sp.gov.br/unidades/apmbb>), deverão comparecer à Academia de Polícia Militar do Barro Branco, localizada na Avenida Água Fria, nº 1923, Tucuruvi, São Paulo, SP, no dia 28 de agosto de 2017, às 06h50, com o uniforme peculiar do Aluno do CHQAOPM publicado no endereço eletrônico da Academia de Polícia Militar do Barro Branco (<http://www.policiamilitar.sp.gov.br/unidades/apmbb>), munido da nota de corretivo, atualizada no dia 25 de agosto de 2017.
2. A matrícula no curso estará condicionada à verificação da regularidade dos requisitos para inscrição e ingresso do curso, de acordo com parecer favorável da Comissão designada para tal fim, e aos seguintes requisitos, conforme artigo 56 da D-5-PM:
 - 2.1. estar no efetivo exercício de função prevista em QPO;
 - 2.2. ser considerado apto em inspeção de saúde;
 - 2.3. ser considerado apto no Teste de Aptidão Física (TAF);
 - 2.4. estar, pelo menos, no bom comportamento;
 - 2.5. não ter sido avaliado, em somatório dos fatores, com conceito "inferior" nas duas últimas Avaliações de Desempenho, regido por norma específica;
 - 2.6. obter parecer favorável do Cmt da OPM.
3. Até a data da matrícula, caberá à OPM do candidato aprovado e classificado dentro do número de vagas a ser apresentado para o respectivo curso proceder a habilitação para utilização da Pistola .40, caso ainda não a possua.

CAPÍTULO XIII - DA COMISSÃO DE CONCURSO

1. Nos termos da Portaria Cmt G nº 001/400/12, de 28 de dezembro de 2012, publicada no Boletim Geral PM nº 9, de 14 de janeiro de 2013, o Comandante da Academia de Polícia Militar do Barro Branco é o Presidente da Comissão de Concurso para ingresso no Curso de Habilitação ao Quadro Auxiliar de Oficiais da Polícia Militar do Estado de São Paulo, cuja Sede funcional encontra-se localizada na Avenida Água Fria, nº 1923, Tucuruvi, São Paulo, SP, CEP 02333-001, com as seguintes atribuições, além das previstas na portaria supracitada:
 - 1.1. propor a designação de Oficiais PM e Praças PM para compor a respectiva Comissão de Concurso, conforme as necessidades decorrentes deste Edital;
 - 1.2. monitorar o desenvolvimento das etapas do concurso interno a serem realizadas pela Fundação Vunesp, nos termos contratuais;
 - 1.3. elaborar a classificação dos candidatos dentro do número de vagas previstos neste Edital;
 - 1.4. conhecer e responder os recursos contra a classificação, nos termos do Capítulo X deste Edital;
 - 1.5. preparar a ata final do concurso interno;
 - 1.6. verificar, com base na documentação apresentada nos itens "2." e "3." do Capítulo XI do presente Edital, os requisitos exigidos para a inscrição e ingresso no curso, com a consequente eliminação daqueles que não os preencherem, após parecer da comissão designada para análise de documentos;
 - 1.7. deliberar sobre questões ou assuntos atinentes ao concurso interno não previstos neste Edital, elaborando as respectivas atas, bem como emitir instruções complementares para o desenvolvimento do certame.

CAPÍTULO XIV - DAS PRESCRIÇÕES DIVERSAS

1. O ato de inscrição presume o conhecimento e a aceitação, por parte do candidato, das condições estabelecidas para o Concurso Interno.
2. A qualquer tempo, ainda que verificado posteriormente ao ato da matrícula no curso, ou homologação do presente concurso interno, poderá ser eliminado do concurso interno ou desligado do curso, independentemente das sanções civis, penais e administrativas, o candidato que:
 - 2.1. descumprir as condições e/ou requisitos exigidos no presente Edital;
 - 2.2. fizer, em qualquer momento ou documento, declaração falsa, irregular ou inexata, ainda que verificados posteriormente;
 - 2.3. incorrer em alguma das hipóteses previstas no item “19.” do Capítulo VI deste Edital;
 - 2.4. utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos para obter aprovação própria ou de terceiros;
 - 2.5. não apresentar os documentos exigidos nas datas especificadas nos itens “1.”, “2.” e “3.” do Capítulo XI deste Edital.
 - 2.6. utilizar de processo ilícito para obter aprovação própria ou de terceiros, suas provas serão anuladas e o candidato será, automaticamente, eliminado do concurso interno, bem como do curso, caso já o tenha iniciado, cuja constatação dar-se-á, por meio eletrônico, probabilístico, estatístico, visual, grafológico ou por investigação policial;
 - 2.7. que desrespeitar qualquer funcionário da Empresa especializada envolvida no concurso interno, em especial os aplicadores das Provas, ou, durante a realização destas, portar-se de modo inconveniente, será eliminado do concurso interno.
3. A Prova de Conhecimentos Gerais e Profissionais e a Prova de Redação serão realizadas no município indicado pelo candidato no ato da inscrição.
4. Não serão fornecidos atestados, cópia de documentos, Provas, resultados, certificados ou certidões relativos à classificação ou notas de candidatos, valendo, para tal fim, os resultados publicados no site da Fundação VUNESP (<http://www.vunesp.com.br>).
5. O candidato deverá comparecer aos locais, nas datas e horários designados para a realização das Provas (Capítulos IV, VI e VII), com antecedência mínima de 60 (sessenta) minutos em posse de documento de identificação, conforme subitem 5.1. do Capítulo VI deste Edital.
6. Em todas as provas do concurso interno o candidato deverá assinar a lista de presença no campo a ele destinado, conferindo a exatidão dos dados ali contidos, sob pena de ser considerado faltoso.
7. O candidato que chegar atrasado, faltar, apresentar-se em local diferente do estabelecido para as Provas e ou Etapas por qualquer motivo, inclusive doença, acidente ou incidente, caso fortuito ou força maior, ou não apresentar documento de identificação, será eliminado, automaticamente, do concurso interno.
8. É vedado ao candidato a alteração de datas, locais e horários preestabelecidos em qualquer etapa do certame, independentemente dos motivos alegados.
9. A aprovação e classificação dentro do número de vagas previstas no concurso interno assegurará apenas a frequência no Curso de Habilitação ao Quadro Auxiliar de Oficiais da Polícia Militar do Estado de São Paulo, sendo que ao término do curso, os aprovados serão classificados, nos termos do inciso I do artigo 7º das Instruções para Movimentações de Policiais Militares (I-2-PM), conforme a política de pessoal definida pela Polícia Militar do Estado de São Paulo, inclusive na ocorrência da hipótese prevista no artigo 8º da Lei Complementar nº 419, de 25 de outubro de 1985.
10. As despesas relativas à participação do candidato no concurso interno correrão às expensas do próprio candidato.
11. É de responsabilidade do candidato o acompanhamento das publicações referentes ao concurso interno, não podendo ser alegado qualquer tipo de desconhecimento.
12. Não haverá repetição de nenhuma das etapas do concurso interno.
13. Toda menção a horário neste Edital e em outro ato dele decorrente terá como referência o horário oficial de Brasília.
14. A homologação do concurso interno será publicada em Diário Oficial do Estado.
15. O concurso interno terá validade, exclusivamente para a convocação de candidatos para o Curso de Habilitação ao Quadro Auxiliar de Oficiais da Polícia Militar do Estado de São Paulo/2017, até 15 (quinze) dias após a data de sua homologação, quando poderá a administração policial-militar, de acordo com critérios de conveniência e oportunidade, convocar, dentre os candidatos aprovados, obedecida a ordem de classificação final, outros candidatos para o preenchimento das vagas ofertadas no presente certame, caso haja candidato eliminado ou desistente:
 - 15.1. é expressamente proibida a convocação de candidatos para início do curso após a data de validade do presente concurso interno.
16. Os casos não previstos serão analisados e decididos pelo Presidente da Comissão de Concurso.
17. Fazem parte do presente Edital os seguintes anexos:
 - 17.1. Anexo “A” – Conteúdo Programático da Prova de Conhecimentos Gerais e Profissionais;
 - 17.2. Anexo “B” – Objeto: Análise de documentos para fim de matrícula no CHQAOPM/17;
 - 17.3. Anexo “C” – Modelo de Certidão;

- 17.4. Anexo "D" - Modelo de Declaração;
- 17.5. Anexo "E" - Cronograma do Concurso interno.
- 18. E, para que ninguém possa alegar desconhecimento, é expedido o presente Edital.

São Paulo, 07 de dezembro de 2016.

CESAR BRANCO DE ARAUJO

Cel PM Diretor Interino

1. Oficial responsável pela lavratura do ato.

MIGUEL JODAS
Maj PM Ch Div Ens

2. Oficial responsável pela conferência do ato.

WASHINGTON LUIS RODRIGUES
Ten Cel PM Subdiretor

**SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
DIRETORIA DE ENSINO E CULTURA**

ANEXO “A” DO EDITAL Nº DEC- 013/23/16

CCE/16 – CURSO DE HABILITAÇÃO AO QUADRO AUXILIAR DE OFICIAIS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO (CHQAOPM) - 2017 – CONCURSO INTERNO – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DA PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS E PROFISSIONAIS

1. História do Brasil:
 - 1.1. Brasil República:
 - 1.1.1. a crise do sistema monárquico imperial e a solução republicana;
 - 1.1.2. a República da Espada (1889-1994);
 - 1.1.3. a Primeira República ou República Velha (1894-1930) e sua evolução político-administrativa; os presidentes e principais acontecimentos;
 - 1.1.4. a Revolução de 1930 e o início da Era Vargas. (Governo Provisório, Governo Constitucional e Estado Novo);
 - 1.1.5. a Democracia Pós-Vargas (1945 a 1964): os governantes, as principais realizações e acontecimentos do período;
 - 1.1.6. os Governos Militares: os aspectos políticos e econômicos do governo, os Atos Institucionais, o movimento de guerrilha urbana;
 - 1.1.7. a Redemocratização: o Governo Sarney, Governo Collor, Governo Itamar Franco, Governo Fernando Henrique Cardoso, Governo Lula, Governo Dilma Rouseff e principais aspectos do governo atual do presidente: Michel Temer;
 - 1.1.8. características das Constituições Brasileiras: 1824, 1891, 1934, 1937, 1946, 1967, 1988;
 - 1.1.9. aspectos do desenvolvimento cultural e científico do Brasil no século XX;
 - 1.1.10. a globalização e as questões ambientais.
 - 1.2. Evolução Histórica da Polícia Militar:
 - 1.2.1. criação da Polícia Militar;
 - 1.2.2. a Polícia Militar no Período Regencial. Principais fatos e acontecimentos;
 - 1.2.3. a Polícia Militar no II Império. Principais fatos e acontecimentos;
 - 1.2.4. a Polícia Militar na I República. Principais fatos e acontecimentos;
 - 1.2.5. a Polícia Militar na Era de Vargas (1930 - 1945). Principais fatos e acontecimentos;
 - 1.2.6. a Polícia Militar na democracia pós-Vargas. Principais fatos e acontecimentos;
 - 1.2.7. os governos militares. Principais fatos e acontecimentos;
 - 1.2.8. a Polícia Militar como sustentáculo da redemocratização. Principais fatos e acontecimentos;
 - 1.2.9. a Polícia Militar: a partir da Constituição de 1988;
 - 1.2.10. os Marcos Históricos da Polícia Militar e sua importância no contexto histórico da formação e estrutura da Força Pública;
 - 1.2.11. a Força Pública e a Guarda Civil: semelhanças e diferenças institucionais;
 - 1.2.12. a História do Brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar, General Miguel Costa, General Júlio Marcondes Salgado, Cel Pedro Dias de Campos e Cap Alberto Mendes Junior;
 - 1.2.13. os Símbolos da Polícia Militar: o Brasão de Armas da PM e a Canção da Polícia Militar;
 - 1.2.14. a Missão Francesa em São Paulo: principais características e a importância da missão para a estrutura de ensino na Força Pública.
2. Atualidades:
 - 2.1. questões relacionadas a **Atualidades** e à Segurança e **Ordem** Pública, ocorridos a partir de **1º de julho** de 2016.
3. Língua Portuguesa:
 - 3.1. distinção entre variedades do português;
 - 3.2. norma ortográfica;
 - 3.3. morfossintaxe das classes de palavras:
 - 3.3.1. flexão nominal;
 - 3.3.2. flexão verbal: expressão de tempo, modo, aspectos e voz; correlação de tempos e modos;
 - 3.3.3. formação de palavras;
 - 3.3.4. concordância nominal e verbal;
 - 3.3.5. regência nominal e verbal;
 - 3.3.6. pronomes;
 - 3.3.7. advérbios;
 - 3.3.8. conectivos: função sintática e valores lógico-semânticos;
 - 3.3.9. processos de coordenação e subordinação;

- 3.3.10. reorganização de orações e períodos; paragrafação;
- 3.3.11. citação de discursos: direto, indireto e indireto livre.
- 3.4. organização do texto:
 - 3.4.1. dissertação: fato e demonstração/argumento e interferência/relações lógicas;
 - 3.4.2. narração: sequenciação de eventos/ temporalidade;
 - 3.4.3. descrição: simultaneidade/espacialidade na ordenação dos elementos descritores.
- 3.5. elementos de composição:
 - 3.5.1. recursos expressivos; estratégias de articulação do texto;
 - 3.5.2. poema: sonoridade, ritmo, verso, imagens.
- 3.6. relação do texto com outros textos (intertextualidade); diversidade de tratamento de um tema;
- 3.7. relação do texto com a obra em que se insere ou com o conjunto da obra de um autor;
- 3.8. relação do texto com seu contexto histórico e cultural;
- 3.9. Literatura:
 - 3.9.1. literatura Brasileira, desde as origens até a atualidade;
 - 3.9.2. literatura Portuguesa, das origens ao primeiro modernismo;
 - 3.9.3. os textos ou fragmentos de textos que servirão de base às questões de literatura serão extraídos das obras de escritores representativos dos diferentes períodos das literaturas portuguesa e brasileira, devendo o candidato ter conhecimento do teor das seguintes Obras:
 - 3.9.3.1. Camões - Poesia Épica: episódios de Inês de Castro (III, 118-135) e do Velho do Rastelo (IV, 90-104), de Os Lusíadas;
 - 3.9.3.2. José de Alencar - O Guarani; Álvares de Azevedo - Lira dos Vinte Anos;
 - 3.9.3.3. Eça de Queirós - A Ilustre Casa de Ramires;
 - 3.9.3.4. Machado de Assis - Memórias Póstumas de Brás Cubas;
 - 3.9.3.5. Mário de Andrade - Macunaíma;
 - 3.9.3.6. Carlos Drummond de Andrade - Alguma Poesia;
 - 3.9.3.7. Graciliano Ramos - Vidas Secas;
 - 3.9.3.8. João Guimarães Rosa - Primeiras Estórias;
 - 3.9.3.9. João Cabral de Melo Neto - Morte e Vida Severina.
- 4. Matemática:
 - 4.1. operações com números reais;
 - 4.2. mínimo múltiplo comum;
 - 4.3. máximo divisor comum;
 - 4.4. razão e proporção;
 - 4.5. porcentagem;
 - 4.6. regra de três simples e composta;
 - 4.7. média aritmética simples e ponderada;
 - 4.8. juro simples;
 - 4.9. equação do 1º e 2º grau;
 - 4.10. sistema de equações do 1º grau;
 - 4.11. relação entre grandezas;
 - 4.12. tabelas e gráficos;
 - 4.13. sistema de medidas usuais;
 - 4.14. noções de geometria:
 - 4.14.1. forma;
 - 4.14.2. perímetro;
 - 4.14.3. área;
 - 4.14.4. volume;
 - 4.14.5. ângulo;
 - 4.14.6. teorema de Pitágoras.
 - 4.15. raciocínio Lógico;
 - 4.16. resolução de situações-problemas.
- 5. Conhecimentos Profissionais:
 - 5.1. Direito Constitucional:
 - 5.1.1. Constituição Federal:
 - 5.1.1.1. dos Princípios Fundamentais;
 - 5.1.1.2. dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos;
 - 5.1.1.3. da Administração Pública;
 - 5.1.1.4. dos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;
 - 5.1.1.5. dos Tribunais e juízes dos Estados;
 - 5.1.1.6. da Segurança Pública.
 - 5.1.2. Constituição do Estado de São Paulo:
 - 5.1.2.1. dos Fundamentos do Estado;

- 5.1.2.2. da Justiça Militar do Estado;
- 5.1.2.3. da Administração Pública;
- 5.1.2.4. dos Servidores Públicos Militares;
- 5.1.2.5. da Segurança Pública.
- 5.2. Direito Penal e Processual Penal:
 - 5.2.1. Direito Penal:
 - 5.2.1.1. da aplicação da lei penal;
 - 5.2.1.2. do crime;
 - 5.2.1.3. da imputabilidade penal;
 - 5.2.1.4. do concurso de pessoas;
 - 5.2.1.5. das espécies das penas;
 - 5.2.1.6. dos efeitos da condenação;
 - 5.2.1.7. da ação penal;
 - 5.2.1.8. da extinção da punibilidade;
 - 5.2.1.9. dos crimes contra a pessoa;
 - 5.2.1.10. dos crimes contra o patrimônio;
 - 5.2.1.11. dos crimes contra a dignidade sexual;
 - 5.2.1.12. dos crimes contra a Administração Pública.
 - 5.2.2. Direito Processual Penal:
 - 5.2.2.1. do Inquérito Policial;
 - 5.2.2.2. da ação penal;
 - 5.2.2.3. da Prova;
 - 5.2.2.4. da prisão e da liberdade provisória (com alterações introduzidas pela Lei Federal nº 12.403/11);
 - 5.2.2.5. dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, nos termos da Lei Federal 9.099/95.
- 5.3. Direito Penal Militar e Processual Penal Militar:
 - 5.3.1. Direito Penal Militar:
 - 5.3.1.1. da aplicação da lei penal militar;
 - 5.3.1.2. do crime;
 - 5.3.1.3. dos crimes contra a autoridade ou disciplina militar;
 - 5.3.1.4. dos crimes contra o serviço militar e o dever militar;
 - 5.3.1.5. dos crimes contra a Administração Militar.
 - 5.3.2. Direito Processual Penal Militar:
 - 5.3.2.1. da Polícia Judiciária Militar;
 - 5.3.2.2. do Inquérito policial militar;
 - 5.3.2.3. da ação policial militar e do seu exercício;
 - 5.3.2.4. das medidas preventivas e assecuratórias;
 - 5.3.2.5. processo Especial - Deserção, complementado pela Portaria CORREGPM-1/310/99 (BoI G PM 146/99), que estabelece a rotina de procedimentos para os casos de deserção;
 - 5.3.2.6. Resolução nº 042/2016, do TJM, Dispõe sobre a audiência de custódia e procedimentos de polícia judiciária militar;
 - 5.3.2.7. Provimento nº 003/05-CGer do Tribunal de Justiça Militar do Estado de São Paulo e Bol G PM 230/05 (item 24) - Crime militar decorrente de acidente de trânsito - instauração do adequado procedimento de polícia judiciária militar - Ato do Subcmt PM;
 - 5.3.2.8. Resolução nº 009/12 - Institui o Regimento Interno de Execução Penal do Presídio Militar Romão Gomes;
 - 5.3.2.9. Provimento nº 036/13 – GabPres –Institui as normas de serviço da Corregedoria Geral da Justiça Militar.
- 5.4. Direito Administrativo:
 - 5.4.1. Princípios constitucionais e infraconstitucionais da Administração Pública;
 - 5.4.2. Poderes Administrativos;
 - 5.4.3. Atos Administrativos - requisitos (elementos) e atributos;
 - 5.4.4. Responsabilidade administrativa, penal e civil dos militares do Estado.
- 5.5. Legislação Complementar:

BRASIL. Decreto-lei nº 667, de 02 de julho de 1969, reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal, e dá outras providências;

_____. Decreto nº 88.777, de 30 de setembro de 1983, aprova o Regulamento para as Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares (R-200);

_____. Lei nº 4.898, de 09 de dezembro de 1965, regula o Direito de Representação e o processo de Responsabilidade Administrativa Civil e Penal, nos casos de abuso de autoridade; Súmula STJ nº 172;

_____. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências (Arts. 1º ao 4º; 103 ao 128 e 228 ao 244-B);

_____. Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências;

_____. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, regulamenta o Artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;

_____. Lei nº 9.455, de 7 de abril de 1997, define os crimes de tortura e dá outras providências;

_____. Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999, estabelece normas para a organização e a manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas, institui o Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas e dispõe sobre a proteção de acusados ou condenados que tenham voluntariamente prestado efetiva colaboração à investigação policial e ao processo criminal;

_____. Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências;

_____. Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm, define crimes e dá outras providências e Decreto Federal nº 5.123, de 1 de julho de 2004, que a regulamenta;

_____. Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências (Artigos 33 ao 47);

_____. Lei nº 12.847, de 02 de agosto de 2013, institui o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura; cria o Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura e o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura; e dá outras providências;

_____. Lei nº 12.850, de 02 de agosto de 2013, define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal; altera o Decreto-lei 2.848 (Código Penal), de 07 de dezembro de 1940; revoga a Lei 9.034, de 3 de maio de 1995; e dá outras providências;

_____. Lei nº 12.852, de 05 de agosto de 2013, institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE (Artigos 1º ao 3º).

5.6. Legislação de Interesse Policial-Militar:

SÃO PAULO (Estado) Decreto nº 7.484, de 26 de dezembro de 1935, aprova as instruções reguladoras dos documentos sanitários de origem;

_____. Decreto nº 25.061, de 25 de outubro de 1955, aprova o Regulamento para Inspeções e Juntas de Saúde da Força Pública do Estado;

_____. Decreto nº 27.291, de 21 de janeiro de 1957, dispõe sobre a escrituração e arquivamento das alterações funcionais do pessoal da Força Pública;

_____. Decreto nº 7.290, de 15 de dezembro de 1975, aprova o Regulamento Geral da PMESP;

_____. Decreto nº 20.218, de 22 de dezembro de 1982, define a conceituação de acidente em serviço e dá outras providências;

_____. Decreto nº 48.292, de 02 de dezembro de 2003, dispõe sobre a concessão de diárias aos servidores da Administração Centralizada e das Autarquias, bem como aos componentes da Polícia Militar do Estado de São Paulo e dá providências correlatas;

_____. Decreto nº 55.588, de 17 de março de 2010, dispõe sobre o tratamento nominal das pessoas transexuais e travestis nos órgãos públicos do Estado de São Paulo e dá providências correlatas;

_____. Decreto-lei nº 13.654, 06 de novembro de 1943, que dispõe sobre promoção de Oficiais da Força Policial do Estado;

_____. Lei Estadual nº 3.322, de 29 de dezembro de 1955, dispõe sobre normas a serem observadas nas promoções de Oficiais da Polícia Militar do Estado;

_____. Decreto-lei nº 222, de 16 de abril de 1970, dispõe sobre a aplicação à Polícia Militar do Estado de São Paulo, da legislação referente à extinta Força Pública;

_____. Decreto-lei nº 260, de 29 de maio de 1970, dispõe sobre a inatividade dos componentes da PMESP;

_____. Lei Complementar nº 269, de 3 de dezembro de 1981, dispõe sobre o cômputo, para efeito de aposentadoria nas condições que estabelece, do tempo de serviço prestado em atividade vinculada ao regime previdenciário federal pelos funcionários e servidores da Administração Pública Estadual;

_____. Lei Complementar nº 367, de 14 de dezembro de 1984, concede licença de 120 (cento e vinte) dias ao funcionário público civil do Estado quando adotar menor de até 7 (sete) anos de idade, alterada pela Lei Complementar nº 1.054, de 07 de julho de 2008, amplia os períodos da licença à gestante, da licença-paternidade e da licença por adoção;

_____. Lei Complementar nº 893, de 09 de março de 2001. Institui o Regulamento Disciplinar da Polícia Militar;

_____. Lei Complementar nº 1.010, de 01 de junho de 2007, dispõe sobre a criação da SÃO PAULO PREVIDÊNCIA - SPPREV, entidade gestora do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos - RPPS e do Regime Próprio de Previdência dos Militares do Estado de São Paulo - RPPM;

_____. Lei Complementar nº 1.013, de 6 de julho de 2007, altera a Lei nº 452, de 02 de outubro de 1974 e o Decreto-lei nº 260, de 29 de maio de 1970, e Decreto nº 52.860, de 2 de abril de 2008, que a regulamenta;

_____. Lei Complementar nº 1.036, de 11 de janeiro de 2008, que institui o Sistema de Ensino da Polícia Militar do Estado de São Paulo, e dá providências correlatas e Decreto nº 54.911, de 14 de outubro de 2009, que a regulamenta;

_____. Lei Complementar nº 1.150, de 20 de outubro de 2011, dispõe sobre regras de inatividade e promoção aplicáveis aos policiais militares, nas condições que especifica;

_____. Lei Complementar nº 1.225, de 19 de dezembro de 2013, dispõe sobre a promoção de Oficiais da Polícia Militar, nas condições que especifica, e dá outras providências correlatas.

_____. Lei nº 3.159, de 22 de setembro de 1955, regula as promoções de Praças da Força Pública do Estado de São Paulo e dá outras providências;

_____. Lei nº 10.320, de 16 de dezembro de 1968, dispõe sobre os sistemas de controle interno da gestão financeira e orçamentária do Estado (Capítulo III);

_____. Lei nº 616, de 17 de dezembro de 1974, dispõe sobre a organização básica da PMESP;

_____. Lei nº 5.451, de 22 de dezembro de 1986, dispõe sobre a concessão de benefícios a Policiais Militares julgados inválidos ou falecidos em ato de serviço;

_____. Lei nº 6.544, de 22 de novembro de 1989, dispõe sobre o estatuto jurídico das licitações e contratos pertinentes a obras, serviços, compras, alienações, concessões e locações no âmbito da Administração Centralizada e Autárquica;

_____. Lei nº 10.948, de 5 de novembro de 2001, dispõe sobre as penalidades a serem aplicadas à prática de discriminação em razão de orientação sexual e dá outras providências;

_____. Lei nº 14.738, de 16 de abril de 2012, dispõe sobre medidas contra a prática de trotes telefônicos dirigidos aos órgãos que especifica;

_____. Lei nº 14.984, de 12 de abril de 2013, dispõe sobre o pagamento de indenização por morte ou invalidez e a contratação de seguro de vida em grupo, na forma que especifica, e dá providências correlatas;

5.7. Normas Administrativas de Interesse Policial-Militar:

SÃO PAULO (Estado). Polícia Militar. Despacho nº PM3-037/02/09, de 06 de maio de 2009 – Emprego de policiais militares em território de atuação de outra OPM;

_____. Despacho nº DL-032/20/13, de 27 de maio de 2013 – Procedimento no caso de disparo involuntário de armamento;

_____. Despacho nº PM3-022/02/11, de 27 de dezembro de 2011 – Cumprimento de requisições oriundas do Poder Judiciário ou do Ministério Público;

_____. Diretriz nº PM2-001/91/07, de 27 de junho de 2007 - Plano de Policiamento Inteligente (PPI); subitens - 6.3.2. e 6.3.2.1.;

_____. Diretriz nº PM3-008/02/06, de 01 de agosto de 2006 - Normas para o Sistema Operacional de Policiamento PM (NORSOP);

_____. Diretriz nº PM3-001/02/12, de 26 de janeiro de 2012 – Sistema de computação embarcada [Terminais Móveis de Dados (TMD)] e portátil [Terminais Portáteis de Dados (TPD)];

_____. Diretriz nº PM3-002/02/14, de 05 de março de 2014 – Atividade Delegada;

_____. Diretriz nº PM3-009/02/14, de 01 de dezembro de 2014 – Reintegração de Posse;

_____. Diretriz nº PM3-002/02/16, de 08 de julho de 2016 – Diária especial por jornada extraordinária de trabalho policial-militar (DEJEM);

_____. Diretriz nº PM5-001/55/06, de 14 de fevereiro de 2006 - Aperfeiçoamento do relacionamento com a mídia e normatização do serviço de Porta-Voz, com as alterações inseridas pela Ordem Complementar nº PM5-001/05/09, de 09 de dezembro de 2009;

_____. Diretriz nº PM6-001/40/11, de 04 de abril de 2011 - Pesquisa de clima organizacional on-line da Polícia Militar, parcialmente alterado pela Ordem Complementar nº PM6-001/40/12, de 13 de junho de 2012;

_____. Extravio ou furto de armamento ou munição - Determinação, publicada no item 1 do Bol G PM 101, de 29 de maio de 2012;

_____. I-2-PM - Instruções para a Movimentação de Policiais Militares;

_____. I-7-PM - Instruções para correspondência na Polícia Militar;

_____. I-15-PM - Instruções para Transportes Motorizados da Polícia Militar;

_____. I-16-PM - Instruções do Processo Administrativo da Polícia Militar;

- _____. I-21-PM - Instruções para continências, honras, sinais de respeito e cerimonial militar na Polícia Militar;
- _____. I-23-PM - Instruções para Administração Logística e Patrimonial da Polícia Militar;
- _____. I-24-PM - Instruções do Sistema de Avaliação de Desempenho dos Integrantes da Polícia Militar;
- _____. I-25-PM - Instruções para elaboração de documentos de Estado-Maior;
- _____. I-27-PM - Instrução Policial-Militar - Convênios;
- _____. I-28-PM - Instruções para a Distribuição e o Completamento do Efetivo Policial-Militar Territorial;
- _____. I-36-PM - Instruções para Afastamentos na Polícia Militar;
- _____. I-38-PM - Instruções para a Administração de Bens Imóveis;
- _____. I-40-PM - Instruções para o Atendimento de Ocorrência em que haja o Cometimento de Infração Penal praticada por Policial Militar;
- _____. M-18-PM - Manual de Cidadania da Polícia Militar;
- _____. Nota de Instrução nº PM1-001/02/06, de 14 de fevereiro de 2006 - Avaliação psicológica para manutenção da posse e do porte de arma de fogo por Policiais Militares da ativa, e para aquisição de armas de fogo e obtenção da autorização de porte para Policiais Militares inativos e atualização publicada no item 40 do Bol G PM 070, de 14 de abril de 2008 (NR dada pela Ordem Complementar nº PM1-001/02/15, de 27 de abril de 2005);
- _____. Nota de Instrução nº PM3-004/02/97, de 10 de dezembro de 1997 e Ordem Complementar nº PM3-13/02/98, de 24 de novembro de 1998 - que regula a implantação do policiamento comunitário como filosofia e estratégia organizacional;
- _____. Nota de Instrução nº PM3-003/03/07, de 04 de dezembro de 2007, Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD);
- _____. Nota de Instrução nº PM3-4/03/13, de 17 de setembro de 2013 – Instrução Continuada de Comando (ICC);
- _____. Nota de Instrução nº PM3-002/03/14, de 22 de julho de 2014 - Programa de Acompanhamento e Apoio ao Policial Militar (PAAPM);
- _____. Nota de Instrução nº PM4-001/1.2/16, de 21JUL16, Utilização de armas portáteis;
- _____. Nota de Instrução nº PM5-001/51/06, de 14 de junho de 2006 - Fale Conosco;
- _____. Nota de Instrução nº PM6-003/30/10, de 04 de outubro de 2010 – Escritórios de Gerenciamento de Projetos da Polícia Militar – EGP/PM, parcialmente alterado pela Ordem Complementar nº PM6-001/30/11, de 02 de agosto de 2011;
- _____. Normas de Procedimento nos Casos de Morte de Policiais Militares, publicadas no item 39 do Bol G PM 93, de 17 de maio de 2013;
- _____. Ordem de Serviço nº PM3-23/02/08, de 30 de dezembro de 2008 - CIRCULAR - Uso de dispositivos luminosos (faróis/giroflex) e ou sonoros (sirenes/buzinas) pelas viaturas;
- _____. Ordem de Serviço nº PM3-002/02/14, 28 de julho de 2014 - Relatório sobre Averiguação de Incidente Administrativo (RAIA);
- _____. Portaria nº PM1-2/02/02 – Consultas – EM/PM – Órgãos da Corporação - Trâmite de documentos - Determinação, publicada no item 2 do Bol G PM 066, de 8 de abril de 2002;
- _____. Portaria do Cmt G PM nº PM1-005/02/11, de 15 de agosto de 2011 - Dispõe sobre a entrega de arma de fogo, acessórios e munições, junto às Organizações Policiais Militares do Estado de São Paulo, e dá outras providências;
- _____. Portaria do Cmt G nº PM3-8/01/03, de 05 de janeiro de 2004 - Matrizes organizacionais e distribuição das Organizações Policiais Militares no território – normatização, publicado no Bol G PM 010, de 16 de janeiro de 2004;
- _____. Portaria do Cmt G nº PM4-001/1.2/16, de 16 de junho de 2016 - Dispõe sobre o registro e o porte de arma de fogo e colete de proteção balística na Polícia Militar e dá outras providências;
- _____. Portaria nº DP-1/122/14, publicada no item 1 do Bol G PM 172, de 11 de setembro de 2014, que trata da transferência para a reserva e reforma a pedido – normas procedimentais – determinação;
- _____. Portaria nº DP-3/125/14, publicada no item 2 do Bol G PM 236, de 12 de dezembro de 2014 – exoneração “a pedido”, “ex officio” e transferência para a reserva não remunerada – normas procedimentais – determinação;
- _____. Portaria nº DP-1/122/15, publicada no item 2 do Bol G PM 057, de 26 de março de 2015 – dispõe sobre alterações de normas procedimentais acerca de transferência para a reserva ou reforma “ex officio” e regularização de reforma administrativa disciplinar;
- _____. Portaria nº DP-60/222/16, publicada no item 1 do Bol G PM 56, de 24 de março de 2016, afastamento de policial militar da ativa para concorrer a cargo eletivo – eleições 2016 - determinação;

_____. Portaria nº PM1-001/02/13, de 28 de fevereiro de 2013 – Estabelece normas para utilização de arma de fogo por policiais militares em prédios do Poder Judiciário;

_____. Portaria nº PM1-003/02/13, de 25 de julho de 2013, que dispõe sobre o regime de trabalho na Polícia Militar do Estado de São Paulo e dá outras providências – publicada no item 1 do Bol G PM 143, de 1 de agosto de 2013;

_____. Portaria nº PM5-003/511/11 – Normas de comunicação social, publicadas no item 1 do Bol G PM 105, 06 de junho de 2011;

_____. Regras de substituição temporária de função de oficiais, publicada no Bol G PM 139, de 28 de julho de 2014;

_____. Regulamento de Uniformes da PM - R-05-PM.

5.8. o candidato deverá considerar eventuais revogações, alterações ou atualizações da legislação e normas que constituem os assuntos desta Prova, que entraram em vigência até a data da publicação deste Edital.

São Paulo, 07 de dezembro de 2016.

CESAR BRANCO DE ARAUJO

Cel PM Diretor Interino

1. Oficial responsável pela lavratura do ato.

2. Oficial responsável pela conferência do ato.

MIGUEL JODAS
Maj PM Ch Div Ens

WASHINGTON LUIS RODRIGUES
Ten Cel PM Subdiretor

**SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
DIRETORIA DE ENSINO E CULTURA**

ANEXO “B” DO EDITAL Nº DEC- 013/23/16

**CCE/16 – CURSO DE HABILITAÇÃO AO QUADRO AUXILIAR DE OFICIAIS DA POLÍCIA MILITAR
DO ESTADO DE SÃO PAULO - 2017 (CHQAOPM/2017) - CONCURSO INTERNO – MODELOS.**

**AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DO CONCURSO INTERNO PARA O
CURSO DE HABILITAÇÃO AO QUADRO AUXILIAR DE OFICIAIS DA POLÍCIA MILITAR DO
ESTADO DE SÃO PAULO-2017**

OBJETO: REQUISIÇÃO DE MATRÍCULA NO CHQAOPM-2017.

1. Eu, (Nome Completo) _____, (graduação) _____, (RE-DC) _____, (quadro) _____, servindo no (OPM) _____, REQUEIRO de V.S.^a a análise dos documentos definidos no Capítulo II do Edital do certame para fins de matrícula no Curso de Habilitação ao Quadro Auxiliar de Oficiais da Polícia Militar do Estado de São Paulo-2017 (CHQAOPM-2017).

2. DECLARO preencher as condições e os requisitos exigidos para inscrição e ingresso no CHQAOPM, nos termos dos artigos 6º e 7º da Lei Complementar nº 419, de 25 de outubro de 1985.

3. DECLARO ainda estar ciente de que minha promoção ao primeiro posto do QAOPM, após conclusão do CHQAOPM-2017, estará condicionada ao número de vagas existentes no respectivo quadro, sendo que minha classificação ocorrerá de acordo com a média final obtida no curso e que terei a oportunidade de uma única opção de vaga existente entre as disponibilizadas e estabelecidas de acordo com a política de pessoal da Polícia Militar do Estado de São Paulo, com a possibilidade de pleitear movimentação para outra OPM, de acordo com as normas em vigor na Instituição Policial Militar; Estou CIENTE de que para a conclusão do curso com aproveitamento serão obedecidas as normas do Regimento Interno da Academia de Polícia Militar do Barro Branco, dentre as quais, a aprovação nas matérias curriculares, destacando-se a disciplina Educação Física (aptidão no TAF).

4. DECLARO serem verdadeiras as seguintes informações pessoais e profissionais:

4.1. Informações pessoais:

4.1.1. RG nº _____, CPF nº _____, Estado Civil: _____;

4.1.2. Data de Nascimento: ____/____/____; Naturalidade: _____/UF: _____;

4.2.3. Idade: _____;

4.1.4. Endereço Residencial: _____;

4.1.5. Endereço da OPM: _____;

4.1.6. Fones: residencial: (____) ____-____; celular: (____) ____-____; OPM: (____) ____-____;

4.1.7. E-mail pessoal: _____;

4.1.8. E-mail funcional: _____;

4.2. Informações profissionais:

4.2.1. Nome de guerra _____;

4.2.2. Data de admissão na PMESP: ____/____/____;

4.2.3. Concluiu o Curso Superior de Tecnólogo de Polícia Ostensiva e Preservação da Ordem Pública – II (antigo CAS): () sim não () ;

4.2.4. Comportamento: _____;

4.2.5. Escolaridade: _____; curso _____;

4.2.6. Tempo de efetivo exercício na Instituição¹: _____;

_____, ____ de _____ de 20 ____ .

assinatura do candidato

¹ Nos termos do parágrafo único do art. 1º da I-36-PM não deverão ser computados, para a contagem do tempo de “efetivo exercício na Instituição”, os afastamentos consistentes em: licença sem vencimentos, para, em caráter particular, aperfeiçoar seus conhecimentos técnicos ou realizar estudos; licença sem vencimentos, para exercer atividade técnica de sua especialidade em organizações civis; e licença sem vencimentos, para tratar de interesse particular.

São Paulo, 07 de dezembro de 2016.

CESAR BRANCO DE ARAUJO

Cel PM Diretor Interino

1. Oficial responsável pela lavratura do ato.

2. Oficial responsável pela conferência do ato.

MIGUEL JODAS
Maj PM Ch Div Ens

WASHINGTON LUIS RODRIGUES
Ten Cel PM Subdiretor

**SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
DIRETORIA DE ENSINO E CULTURA**

ANEXO "C" DO EDITAL Nº DEC- 013/23/16

**CCE/16 – CURSO DE HABILITAÇÃO AO QUADRO AUXILIAR DE OFICIAIS DA POLÍCIA MILITAR
DO ESTADO DE SÃO PAULO-2017 (CHQAOPM/2017) - CONCURSO INTERNO – MODELOS**

CERTIDÃO

CERTIFICO, para fim de matrícula no CHQAOPM/2017, que (nome completo) _____, RE/D _____, (graduação) _____, servindo no(a) (Unidade) _____, possui (tempo de serviço) _____ anos de efetivo exercício na Instituição², sendo habilitado ao uso de pistola .40, conforme publicação contida no Bol Int. nº _____ (dia, mês, ano e OPM), que se encontra atualmente no comportamento _____, bem como não foi avaliado, em somatório dos fatores, com conceito "INFERIOR" nas duas últimas Avaliações de Desempenho, regido por norma específica, estando ciente da obrigatoriedade de apresentar as certidões do conceito.

São Paulo, ____ de _____ de 20__.

OFICIAL P/1
(Posto e Unidade)

Comandante da OPM
(Posto e Unidade)

ATA DE INSPEÇÃO DE SAÚDE
DENTISTA OU OFICIAL P/1

ATA DE INSPEÇÃO DE SAÚDE
MÉDICO OU OFICIAL P/1

Comprovação da aptidão na Inscrição:

- () APTO
() INAPTO

- () APTO PARA O TAF
() APTO APENAS PARA O TAF-4
() INAPTO PARA O TAF

BOLETIM INTERNO Nº
Exame realizado em __/__/16

BOLETIM INTERNO Nº
Exame realizado em __/__/16

_____, ____ de _____ de 2016.

_____, ____ de _____ de 2016.

Comprovação da aptidão no início do Curso:

- () APTO
() INAPTO

- () APTO PARA O TAF
() APTO APENAS PARA O TAF-4
() INAPTO PARA O TAF

BOLETIM INTERNO Nº
Exame realizado em __/__/__

BOLETIM INTERNO Nº
Exame realizado em __/__/__

_____, ____ de _____ de 20__ .

_____, ____ de _____ de 20__ .

Identificação ou Carimbo do Médico/Oficial P/1

Identificação ou Carimbo do Médico/Oficial P/1

² Nos termos do parágrafo único do art. 1º da I-36-PM não deverão ser computados, para a contagem do tempo de "efetivo exercício na Instituição", os afastamentos consistentes em: licença sem vencimentos, para, em caráter particular, aperfeiçoar seus conhecimentos técnicos ou realizar estudos; licença sem vencimentos, para exercer atividade técnica de sua especialidade em organizações civis; e licença sem vencimentos, para tratar de interesse particular.

São Paulo, 07 de dezembro de 2016.

CESAR BRANCO DE ARAUJO

Cel PM Diretor Interino

1. Oficial responsável pela lavratura do ato.

2. Oficial responsável pela conferência do ato.

MIGUEL JODAS
Maj PM Ch Div Ens

WASHINGTON LUIS RODRIGUES
Ten Cel PM Subdiretor

**SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
DIRETORIA DE ENSINO E CULTURA**

ANEXO "D" DO EDITAL Nº DEC- 013/23/16

**CCE/16 – CURSO DE HABILITAÇÃO AO QUADRO AUXILIAR DE OFICIAIS DA POLÍCIA MILITAR
DO ESTADO DE SÃO PAULO-2017 (CHQAOPM/2017) - CONCURSO INTERNO – MODELOS**

MODELO DE DECLARAÇÃO

DECLARAÇÃO

DECLARO, para fim de matrícula no CHQAOPM/17 que nos últimos cinco anos servi nas seguintes unidades policiais militares:

1. Unidade _____	Município _____
2. Unidade _____	Município _____
3. Unidade _____	Município _____
4. Unidade _____	Município _____
5. Unidade _____	Município _____
6. Unidade _____	Município _____
7. Unidade _____	Município _____
8. Unidade _____	Município _____

e residi nos seguintes municípios:

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____
5. _____
6. _____
7. _____
8. _____

_____, ____ de _____ de 20____.

Assinatura do Candidato

São Paulo, 07 de dezembro de 2016.

CESAR BRANCO DE ARAUJO

Cel PM Diretor Interino

1. Oficial responsável pela lavratura do ato.

2. Oficial responsável pela conferência do ato.

MIGUEL JODAS
Maj PM Ch Div Ens

WASHINGTON LUIS RODRIGUES
Ten Cel PM Subdiretor

**SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
DIRETORIA DE ENSINO E CULTURA**

ANEXO “E” DO EDITAL Nº DEC- 013/23/16

CCE/17 – CURSO DE HABILITAÇÃO AO QUADRO AUXILIAR DE OFICIAIS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO - 2017 (CHQAOPM/2017) - CONCURSO INTERNO – CRONOGRAMA

CRONOGRAMA DO CONCURSO INTERNO

09 de dezembro de 2016	Publicação do Edital de abertura do concurso interno
12 de dezembro de 2016 a 20 de janeiro de 2017	- Período de inscrições pela <i>internet</i> no <i>site</i> da Fundação VUNESP
12 de março de 2017	- Etapa I: aplicação da Prova de Conhecimentos Gerais e Profissionais e da Prova de Redação
13 de março de 2017	- Disponibilização dos cadernos da Prova de Conhecimentos Gerais e Profissionais pela <i>internet</i> no <i>site</i> da Fundação - Publicação do gabarito da Prova de Conhecimentos Gerais e Profissionais pela <i>internet</i> no <i>site</i> da Fundação VUNESP
14 a 16 de março de 2017	- Período de interposição de recurso referente ao gabarito da Prova de Conhecimentos Gerais e Profissionais pela <i>internet</i> no <i>site</i> da Fundação VUNESP
17 de abril de 2017	- Publicação pela <i>internet</i> no <i>site</i> da Fundação VUNESP: -- dos resultados dos recursos contra o gabarito da Prova de Conhecimentos Gerais e Profissionais -- das notas da Prova de Conhecimentos Gerais e Profissionais -- das notas da Prova de Redação - Disponibilização pela <i>internet</i> no <i>site</i> da Fundação VUNESP das redações corrigidas
18 a 20 de abril de 2017	- Período de interposição de recursos, pela <i>internet</i> no <i>site</i> da Fundação VUNESP, referentes à: -- notas da Prova de Conhecimentos Gerais e Profissionais -- notas da Prova de Redação
08 de maio de 2017	- Publicação pela <i>internet</i> no <i>site</i> da Fundação VUNESP: -- dos resultados dos recursos das notas da Prova de Conhecimentos Gerais e Profissionais -- dos resultados dos recursos das notas da Prova de Redação -- da aprovação e classificação da Etapa I
09 a 11 de maio de 2017	Interposição de recursos referentes à aprovação e classificação junto à Seção de Avaliação e Concursos da Academia de Polícia Militar do Barro Branco
29 de maio de 2017	- Publicação pela Comissão de Concurso: -- dos resultados dos recursos referentes à aprovação e classificação -- da classificação final da Etapa I
06 de junho de 2017	Etapa II: apresentação dos aprovados e classificados na Etapa I na Seção de Avaliação e Concursos da APMBB para a entrega e início da análise de documentos
10 de julho de 2017	Publicação, pela <i>internet</i> no <i>site</i> da APMBB, do resultado da análise de documentos (Etapa II) realizada pela Comissão de Concurso.
11 a 13 de julho de 2017	Interposição de recursos referentes à Análise de documentos (Etapa II).
24 de julho de 2017	- Publicação dos resultados dos recursos referentes à Análise de documentos (Etapa II) e resultado final.
08 de agosto de 2017	Data limite para Homologação do concurso
28 de agosto de 2017	Apresentação dos aprovados e classificados na APMBB para ingresso e início do CHQAOPM/2017

São Paulo, 07 de dezembro de 2016.

CESAR BRANCO DE ARAUJO

Cel PM Diretor Interino

1. Oficial responsável pela lavratura do ato. 2. Oficial responsável pela conferência do ato.

MIGUEL JODAS
Maj PM Ch Div Ens

WASHINGTON LUIS RODRIGUES
Ten Cel PM Subdiretor